

REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator: Senador Eduardo Braga

PLANO DE TRABALHO

PEC 45 de 2019

REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator: Senador Eduardo Braga

INTRODUÇÃO

É com grande senso de responsabilidade que recebi do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Davi Alcolumbre, a missão de ser o relator da reforma tributária no Senado. Agradeço também ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pela indicação logo após a aprovação do texto na Câmara.

Trata-se de uma função estratégica tendo em vista a grande expectativa de todo o país em torno de um projeto que tem como meta principal simplificar o sistema tributário, ampliar a base de contribuintes e aumentar a competitividade da economia brasileira.

Nosso trabalho, felizmente, já começará fundamentado em cima de um estudo que recebi no dia 08 de agosto das mãos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, realizado pelos técnicos da Receita Federal, sobre o impacto da reforma nas alíquotas dos novos tributos de consumo e também das exceções tributárias incluídas no texto aprovado pela Câmara, para que assim possamos analisar o custo benefício de cada uma delas.

Teremos pela frente um longo caminho, no qual pretendo ouvir a todos, sem exceção, dos mais diversos setores da economia, municípios e estados. Já estive com representantes da Frente Nacional dos Prefeitos para uma primeira conversa, participei de encontros com outras frentes parlamentares, já me reuni com diversos setores (saúde, educação, serviços), e outros encontros virão. O presidente Rodrigo Pacheco já anunciou a intenção de promover uma reunião temática com os 27 governadores do país no plenário do Senado.

Estaremos atentos para que a reforma tributária garanta o equilíbrio federativo e não vire palco de uma disputa fratricida. Afinal de contas, nós queremos um Brasil igual para todos. Não vamos cair na armadilha de dividir os brasileiros. Por isso, não abriremos mão de analisar minuciosamente cada artigo da proposta, trabalharemos em cima de estudos técnicos do Ministério da Fazenda e também do Tribunal de Contas da União.

Dentro desse espírito, pretendo submeter à essa comissão meu plano de trabalho, que se dividirá em pelo menos sete audiências públicas, que irão do diagnóstico do quadro tributário, passarão por debates sobre o impacto das mudanças nos entes federativos e em diferentes setores da economia como serviço, indústria e agronegócio, dentre outros, até a apresentação do relatório na primeira quinzena de outubro, de forma que possamos viabilizar a votação da proposta no Senado em tempo hábil, para que a Câmara possa novamente analisá-la e nós tenhamos a promulgação da matéria até o final deste ano.

PREMISSAS

Precisamos ouvir os entes federados, as entidades representativas dos diversos setores e os órgãos de controle para avaliar a proposta que chegou ao Senado e os aperfeiçoamentos necessários para construir um texto que vá ao encontro das expectativas de toda sociedade. No entanto, podemos antecipar algumas premissas que irão embasar o nosso parecer, como:

1. Neutralidade - Não aumento da carga tributária;
2. Redução das desigualdades sociais e regionais;
3. Simplificação;
4. Transparência;
5. Segurança jurídica;
6. Excepcionalidades limitadas em relação ao regimes beneficiados, a partir de uma avaliação de custo benefício que leve em consideração parâmetros sociais, econômicos e tecnológicos;
7. Fortalecimento dos entes subnacionais e do pacto federativo;
8. Preservação da autonomia dos entes federados em relação a fixação da alíquota;
9. Manutenção da estrutura original da PEC que chegou ao Senado, em relação a não cumulatividade, tributação no destino, inclusão de parâmetros ambientais, alíquota uniforme em todo o território nacional, preservação do simples nacional e da Zona Franca de Manaus e, por fim, dos fundos de compensação e de desenvolvimento regional, com os devidos aperfeiçoamentos.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Para nos auxiliar nesse dever, propomos o cronograma de atividades abaixo, com audiências públicas abrangendo os temas delimitados e concluindo com a apresentação e apreciação do relatório. Optamos por fixar um calendário mais enxuto e um menor número de expositores a fim de incorporarmos ao longo dos trabalhos as sugestões que advirão dos demais Senadores, tanto na inclusão de membros nos painéis já estabelecidos, quanto em novas audiências públicas.

DATA	EVENTO	TEMA
16/08/2023	Reunião da CCJ	Apresentação do Plano de Trabalho
22/08 /2023	Audiência Pública	Diagnóstico, objetivos e conceitos
23/08 /2023	Audiência Pública	Impacto no Setor de Serviços
29/08 /2023	Audiência Pública	Impacto na Indústria

05/09/2023	Audiência Pública	Impacto no Agronegócio e no Cooperativismo
12/09/2023	Audiência Pública	Regimes específicos e diferenciados
19/09/2023	Audiência Pública	Impacto sob a ótica dos Estados
20/09/2023	Audiência Pública	Impacto sob a ótica dos Municípios
27/09/2023	Reunião da CCJ	Apresentação do Relatório
04/10/2023	Reunião da CCJ	Votação do Relatório

Diagnóstico, objetivos e conceitos – 22/08/2023

Essa reunião servirá para exposição do diagnóstico dos problemas do sistema tributário nacional e como a Proposta de Emenda Constitucional debatida lida com eles, relacionando-a com as melhores práticas internacionais.

Convidados:

- Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária – Ministério da Fazenda.
- Melina Rocha, Consultora internacional e especialista em IVA, coordenadora-executiva do Projeto IVA no Século XXI/FGV e diretora de cursos da York University (Canadá). Doutorado pela Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris 3, foi professora da FGV Direito Rio e consultora do IPEA, CCiF, Banco Mundial e BID.
- Marcus Pestana – Presidente da Instituição Fiscal Independente (IFI);
- Heleno Torres - Professor Titular de Direito Financeiro USP;
- Rita de La Feria, Professora de Direito Tributário na Universidade de Leeds e especialista em Imposto sobre Valor Agregado (IVA);
- Vanessa Canado, Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Tributação - Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER;
- Sérgio Pinheiro Firpo – Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Impacto no Setor de Serviços – 23/08/2023

Sabemos que os efeitos da Reforma Tributária serão distintos entre os variados setores da economia brasileira. Nesse sentido, essa audiência pública é a primeira de uma série de audiências com foco no impacto setorial da Reforma Tributária.

Neste primeiro momento, cuidaremos do setor de serviços, esclarecendo como as mudanças o impactarão e como é o tratamento conferido a esse segmento pelos países que adotam modelo semelhante ao introduzido pela PEC.

Convidados:

- Representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);
- Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- Luigi Nese, Presidente da Confederação Nacional de Serviços – CNS;
- Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo;
- Representante da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde);
- Representante da Associação Brasileira da Educação Básica Privada (Abreduc);
- Representante da Associação Brasileira do Mercado Imobiliário (ABMI);
- Marcos Lisboa, Economista e Diretor-Presidente do Insper.

Impacto na Indústria – 29/08/2023

Ainda no que se refere ao impacto setorial da Reforma, ouviremos representantes de entidades ligados à atividade industrial para, na mesma linha do proposto para o setor de serviços, exporem a repercussão das alterações propostas pela PEC na indústria.

Convidados:

- Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp);
- Representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC);
- Representante da Confederação Nacional do Transporte (CNT);
- Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Impacto no Agronegócio e no Cooperativismo – 05/09/2023

Nesta audiência pública, ouviremos os participantes abordarem questões relacionadas aos efeitos da Proposta de Emenda à Constituição nos segmentos assinalados. Será a oportunidade para esclarecermos também acerca da perspectiva em relação ao preço dos alimentos com a aprovação da Reforma, bem como sobre a desoneração da cesta básica.

Convidados:

- Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
- Representante da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB);
- Nelson Leitão Paes, Doutor em Economia e Assessor na Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda;
- Representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).
- Roni Peterson Bernardino de Brito, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Regimes específicos e favorecidos – 12/09/2023

A definição de um tratamento uniforme com uma alíquota padrão não pode afastar a necessidade de discutirmos os casos que, por peculiaridades próprias, devem receber tratamento distinto. Nesta reunião, ouviremos as justificativas para implementação e abrangência de regimes específicos e favorecidos.

Outro assunto correlato a discutir é a escolha entre instituir regimes favorecidos e criar um mecanismo de restituição do imposto pago pelos consumidores de baixa renda.

Convidados:

- Marcos Mendes, Pesquisador Associado do Insper;
- Thomaz Nogueira, Ex-Subsecretário da Fazenda do Estado do Amazonas e Consultor Tributário;
- Lina Santin, Advogada Tributarista;
- João Hamilton Rech, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Entes federativos

Um dos maiores empecilhos para a aprovação de uma Reforma Tributária é o receio que os entes federativos possuem de perder parcela de sua arrecadação, principalmente devido à transição entre a repartição atual de recursos e a proposta de adesão plena ao princípio

do destino. Desse modo, a exposição abordará as soluções inseridas na PEC que possuem o objetivo de superar esse obstáculo.

Impacto sob a ótica dos Estados – 19/09/2023

Cuidaremos de repercutir os efeitos da PEC na visão dos Estados e do DF.

Convidados:

- Eduardo Fávero, Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU);
- Carlos Eduardo Xavier, Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz);
- Sergio Wulff Gobetti, Economista do IPEA, Doutor pela UNB, ex-secretário-adjunto de Pol Fiscal e Tributária do Ministério da Fazenda e atual assessor econômico da SEFAZ-RS.
- Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior, Auditor Fiscal do Estado de Minas Gerais e Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária.

Impacto sob a ótica dos Municípios – 20/09/2023

Em seguida, será a vez dos Municípios.

Convidados:

- Edvaldo Nogueira, Prefeito de Aracaju/SE e Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos;
- Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM);
- Rodrigo Octávio Orair, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária.

Apresentação do Relatório – 28/09/2023

Na véspera da comemoração dos 35 anos de promulgação da Constituição Federal de 1988, apresentaremos nosso relatório, enfrentando todas os apontamentos feitos durante os debates públicos e as propostas encaminhadas pelos Senadores.

Diante da relevância, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para aprovação deste plano de trabalho.

Votação do Relatório – 04/10/2023